



ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 060 /GG/86

João Pessoa, 1º de dezembro de 1986.



Senhor Presidente;

Honra-me submeter à elevada consideração dessa Augusta Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 30 da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei visando aprimorar a Lei Complementar 28/82, lei orgânica do Ministério Público, à realidade de sua função de Órgão de proteção dos chamados valores fundamentais da sociedade politicamente organizada.

Com a edição da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Complementar Nº 40, de 14 de dezembro de 1981), estabelecendo normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público Estadual, houve necessidade de adaptação das normas locais às constantes nessa lei, o que foi feito com a elaboração da Lei Complementar 28/82, Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba.

Por mais previdente que seja o legislador, nunca conseguirá ele editar leis perfeitas, capazes de alcançar todos os fatos concretos, possíveis e imagináveis, que a vida social apresenta, assim também satisfazer completamente o intérprete.

Excelentíssimo Senhor

Dr. EVALDO GONÇALVES DE QUEIROZ

DD. Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba

N E S T A/



ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR

fl. 02

MENSAGEM Nº 060/GG/86

Assim, passado um pouco mais de quatro anos já temos necessidade de adaptar a lei orgânica do Ministério Público Estadual à realidade social. Não resta a menor dúvida que as Comarcas de João Pessoa e Campina Grande estão estranguladas ante a inexistência de mais promotores. Vale acrescentar que servem como Corregedores-Auxiliares dois Promotores de Justiça de terceira entrância o que torna ainda mais crítico o serviço, pois são eles obrigatoriamente requisitados dentre os Promotores titulares de João Pessoa e Campina Grande. Como somente podem ser criados novas Promotorias de Justiça com a criação de Varas no âmbito do Poder Judiciário, a alteração do art. 44 da Lei Complementar 28/82 é a via mais adequada para melhoria do serviço.

Dessa forma, para suprir a falta de Promotores quando das férias coletivas, dos impedimentos e afastamentos outros serviriam como Promotores substitutos nas Comarcas de João Pessoa e Campina Grande, três membros da segunda entrância dentre aqueles que, já com interstício, fossem indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público, na forma prevista na lei para remoção.

De igual modo, a experiência da criação do quadro de Promotor de Justiça Substituto como início de carreira do Ministério Público foi valiosa, contudo, a Lei Complementar nº 28/82 o erradicou. Agora vê-se o equívoco em que redundou tal medida, ante a constante requisição de pessoal qualificado do Ministério Público para ocupar as mais diversas funções na administração pública em geral, abrindo claros insubstituíveis no parquet e prejudicando seriamente o serviço da Justiça Estadual.

Dai porque estou postulando a restauração da figura do Promotor de Justiça Substituto, como base da pirâmide do Órgão Ministerial, alterando-se a redação dos arts. 46 e 215 da Lei Complementar 28/82.

Na verdade, no exercício de suas funções específicas, o Ministério Público desdobrou suas atividades e o

me



MENSAGEM Nº 060/GG/86


limite de suas atribuições, por isso precisa aumentar seus efetivos na base, pela restauração do quadro de Promotor de Justiça Substituto e a criação de Promotorias de Justiça substitutas nas Comarcas de João Pessoa e Campina Grande para melhor racionalização do serviço.

A redação do parágrafo único do art. 99 da Lei Complementar 28/82, tem, apenas, o objetivo de tornar mais explícito o caso em que o membro do Ministério Público faz jus a ajuda de custo.

Por outro tanto, os valores referentes às diárias concedidas aos membros do Ministério Público pelo seu deslocamento a serviço, tomando-se por referência o padrão **ven**
cimento base, estão desfasados, ocasionando sérios aborrecimen
tos quando da determinação do Procurador Geral para substitui
ções de titulares em férias, afastamentos ou impedimentos, des
de que o valor da diária está abaixo das despesas efetuadas
com o deslocamento por mais próxima que seja a Comarca a ser
substituída. Daí a necessidade de se tomar como valor da diá
ria o padrão do vencimento base acrescido da **representação** do
cargo do promotor que vai em substituição àquele que se afasta
das atividades, desse modo, modificando a parte final do art.
101, da já citada Lei Complementar 28/82.

Com estas considerações, aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevado respeito e distinta consideração.

MILTON BEZERRA CABRAL
GOVERNADOR

Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 04 Sob No 04/86.
EM, 02/12/1986.

Funcionário da Coordenadoria da
Área Legislativa.



Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 1 / 1
de 19
EM, 02/12/1986.

1º SECRETÁRIO

A Coordenadoria das Comissões
Técnicas.

EM, 02/12/1986.

Funcionário da Coordenadoria da
Área Legislativa.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Em 02/12/1986.

1º SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI COMPLEMENTAR Nº 04186 João Pessoa, 1º de dezembro de 1986

Altera a Lei Complementar Nº 28,
de 06 de julho de 1982 e dá outras
providências.

Art. 1º - O art. 44 da Lei Complementar nº
28, de 06 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte re-
dação:

"Art. 44 -

§ 1º - Nas Comarcas da Capital e de Campi-
na Grande servirão como substitutos três (03) Promotores de
Justiça, para cada uma, designados por ordem numérica.

§ 2º - O Conselho Superior do Ministério
Público fará a indicação, para provimento dos cargos a que se
refere o parágrafo anterior, dentre os Promotores de Justiça
que na segunda entrância, contem mais de dois (02) anos de in-
terstício, e serão removidos na forma da lei.

§ 3º - Aos membros do Ministério Público
que completarem o tempo para efeito de aposentadoria, serão
assegurados os direitos e vantagens conferidos aos titulares
da terceira (3ª) entrância, desde que se encontrem no exercício
do cargo a que alude o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 4º - As atribuições administrativas pre-
vistas nesta Lei também se estendem aos Promotores de Justiça
da Capital e de Campina Grande.

§ 5º - Nas Comarcas onde houver mais de um
Juiz, haverá tantos Promotores de Justiça quantas forem as Va-
ras existentes, previstas no Código de Organização Judiciária
do Estado, operando-se automaticamente o provimento, à medida
em que outras forem criadas ou desdobradas.

Art. 2º - O art. 46 passa a vigorar com a se-
guinte redação:

"Art. 46 -

WAC



ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR

§ 1º - Integram a carreira do Ministério Público, na primeira instância, os Promotores de Justiça Substitutos, os de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias e, na segunda, os Procuradores de Justiça.

§ 2º - O ingresso na carreira do Ministério Público, dar-se-á por concurso público de provas e títulos, para o cargo de Promotor de Justiça Substituto, Símbolo MP-S.

Art. 3º - O art. 47 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47 -

§ 1º -

§ 2º - Realizado o concurso a que se refere o parágrafo anterior, e publicado o seu resultado no Diário da Justiça do Estado, assegurar-se-ão as nomeações dos aprovados obedecido o critério de classificação.

Art. 4º - O art. 99 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99 -

Parágrafo Único - A ajuda de custo a que se refere este artigo será deferida pelo Procurador Geral de Justiça apenas ao membro do Ministério Público que comprovadamente transferir sua residência para a Comarca de que for titular efetivo.

Art. 5º - O art. 101, caput, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 101 - As diárias a que se referem os artigos anteriores são calculadas à razão de um trinta avos do padrão do vencimento base acrescidas da representação do cargo.

Art. 6º - O art. 215 e seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215 - O Quadro de Promotor de Justiça Substituto, Símbolo MP-S, inicial de carreira, será constituído de quinze (15) cargos e seus titulares exercerão atribuições em caráter de substituição eventual na primeira e segunda entrâncias, por designação do Procurador Geral de Justiça.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

João Pessoa - Pb.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/86

EMENTA: Altera a Lei Complementar Nº 28 de 06 de Ju
lho de 1982 e dá outras providências.

AUTOR: O GOVERNADOR DO ESTADO

RELATOR: O DEPUTADO ANTONIO QUIRINO DE MOURA

P A R E C E R

Vem para estudo e análise desta Comissão Técnica, o Projeto de Lei Complementar Nº 04/86, de autoria do Exmo. Sr. Governador do Estado, através do qual, S. Excia. pretende com a prévia autorização desta Assembléia Legislativa, alterar a Lei Complementar Nº 28 de 06 de Julho de 1982, criando o quadro de Promotor de Justiça substituto, Simbolo MP-S, inícial de carreira, com 15 Cargos e adota outras medidas objetivando melhor a dequar o Ministério Público à realidade atual.

A matéria vem muito bem formalizada, tem amparo Júridico-Legal, e, não contrária o interesse público, motivos pelos quais so mos favoráveis pela sua aprovação sem restrições.

Aprovado o Parecer ^{É o Parecer,} em
discussão única.

Sala da Comissão, 03 de dezembro de 1986.

Em 04/12/86.

1º. SECRETÁRIO

PRESIDENTE E RELATOR

MEMBRO

MEMBRO

MEMBRO

MEMBRO



Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 04 Sob No 04/86.
EM, 07 / 12 / 86.

Funcionário da Coordenadoria da
Área Legislativa.

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia ____ / ____ / ____
de 19 ____.
EM 07 / 12 / 86.

1º SECRETÁRIO

A Coordenadoria das Comissões
Técnicas.

EM, 07 / 12 / 86.

Funcionário da Coordenadoria da
Área Legislativa.

A Comissão de Constituição, Legis-
lação e Justiça.

Em 07 / 12 / 86.

1º SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR




Parágrafo Único - Os vencimentos do Promotor de Justiça Substituto a que se refere este artigo, são fixados em obediência ao mesmo escalonamento previsto no art. 97 da Lei Complementar nº 28, de 06 de julho de 1982.

Art. 7º - Para os efeitos desta Lei, ficam criados seis (06) cargos de Promotor de Justiça Substituto, de segunda entrância, Símbolo MP-2 e quinze (15) cargos de Promotor de Justiça Substituto, inicial de carreira, Símbolo MP-S.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em

Aprovado em única Discussão
EM. 04 / 12 / 1986
alt
1º SECRETARIO


MILTON BEZERRA CABRAL
GOVERNADOR

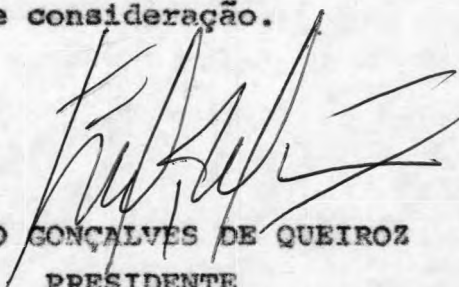
GP/Ofício nº 808/86
nra.

Em 05 de dezembro de 1986.

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para fins Constitucionais, o Projeto de Lei Complementar nº 04/86 aprovado por esta Assembleia Legislativa em sessão realizada no dia 04 de dezembro de 1986, o qual "Altera a lei Complementar nº 28, de 06 de julho de 1982 e dá outras providências".

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.



EVALDO GONÇALVES DE QUEIROZ
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Dr. MILTON BEZERRA CABRAL
DD. GOVERNADOR DO ESTADO
Palácio dos Despachos - Centro Administrativo
N E S T A /



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/86

Altera a Lei Complementar nº 28, de 06 de julho de 1982 e dá outras providências.

Art. 1º - O art. 44 da Lei Complementar nº 28, de 06 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44 -

§ 1º - Nas Comarcas da Capital e de Campina Grande servirão como substitutos três (03) Promotores de Justiça, para cada uma, designados por ordem numérica.

§ 2º - O Conselho Superior do Ministério Público fará a indicação, para provimento dos cargos a que se refere o parágrafo anterior, dentre os Promotores de Justiça que na segunda entrância, contem mais de dois (02) anos de interstício, e serão removidos na forma da lei.

§ 3º - Aos membros do Ministério Público que completarem o tempo para efeito de aposentadoria, serão assegurados os direitos e vantagens conferidos aos titulares da terceira (3ª) entrância, desde que se encontrem no exercício do cargo a que alude o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 4º - As atribuições administrativas previstas nesta Lei também se estendem aos Promotores de Justiça da Capital e de Campina Grande.

my 9



§ 5º - Nas Comarcas onde houver mais de um Juiz, haverá tantos Promotores de Justiça quantas forem as Varas existentes, previstas no Código de Organização Judiciária do Estado, operando-se automaticamente o provimento, à medida em que outras forem criadas ou desdobradas.

Art. 2º - O art. 46 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 -

§ 1º - Integram a carreira do Ministério Público, na primeira ênstância, os Promotores de Justiça Substitutos, os de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, e, na segunda, os Procuradores de Justiça.

§ 2º - O ingresso na carreira do Ministério Público, dar-se-á por concurso público de provas e títulos, para o cargo de Promotor de Justiça Substituto, Símbolo MP-S.

Art. 3º - O art. 47 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47 - 

§ 1º -

§ 2º - Realizado o concurso a que se refere o parágrafo anterior, e publicado o seu resultado no Diário da Justiça do Estado, assegurar-se-ão as nomeações dos aprovados obedecido o critério de classificação.

Art. 4º - O art. 99 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99 - 



Parágrafo Único - A ajuda de custo a que se refere este artigo será deferida pelo Procurador Geral da Justiça apenas ao membro do Ministério Público que comprovadamente transferir sua residência para a Comarca de que ~~for~~ titular efetivo.

Art. 59 - O art. 101, caput, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 101 - As diárias a que se referem os artigos anteriores são calculadas à razão de um trinta avos do padrão do vencimento base acrescidas da representação do cargo.

Art. 69 - O art. 215 e seu parágrafo únco, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215 - O Quadro de Promotor de Justiça Substituto, Símbolo MP-S, inicial de carreira, será constituído de quinze (15) cargos e seus titulares exercerão atribuições em caráter de substituição eventual na primeira' e segunda entrâncias, por designação do Procurador Geral de Justiça.

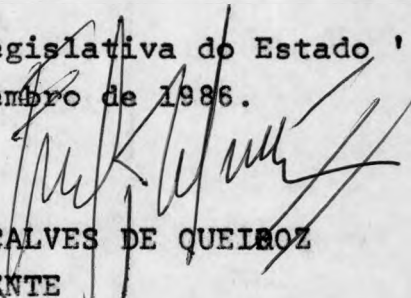
Parágrafo Único - Os vencimentos do Promotor de Justiça Substituto a que se refere este artigo, são fixados em obediência ao mesmo escalonamento previsto no art. 97 da Lei Complementar nº 28, de 06 de julho de 1982.

Art. 79 - Para os efeitos desta Lei, ficam criados seis (06) cargos de Promotor de Justiça Substituto, de segunda entrância, Símbolo MP-2 e quinze (15) cargos de Promotor de Justiça Substituto, inicial de carreira, Símbolo MP-S.

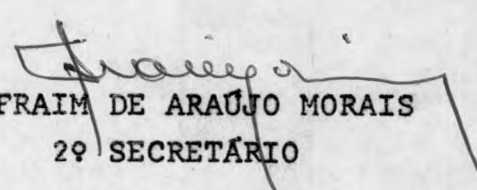


Art. 89 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 05 de dezembro de 1986.


EVALDO GONÇALVES DE QUEIROZ
PRESIDENTE


SEVERINO RAMALHO LEITE
1º SECRETÁRIO


EFRAIM DE ARAÚJO MORAIS
2º SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO GOVERNADOR

Parágrafo Único - Os vencimentos do Promotor de Justiça Substituto a que se refere este artigo, são fixados em obediência ao mesmo escalonamento previsto no art. 97 da Lei Complementar nº 28, de 06 de julho de 1982.

Art. 7º - Para os efeitos desta Lei, ficam criados seis (06) cargos de Promotor de Justiça Substituto, de segunda entrância, Símbolo MP-2 e quinze (15) cargos de Promotor de Justiça Substituto, inicial de carreira, Símbolo MP-S.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em

MILTON BEZERRA CABRAL
GOVERNADOR

*Aprovado o projeto de Lei Complementar nº 04/86
em discussão única.
Em 04/12/86
Epo*

*Providenciado e
revisado em
05/12/86
Eliseu*